

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O preocupante déficit das estatais



Pouco se sabe sobre o déficit dessas empresas. Uma avaliação mais profunda sobre estatais requer ampla transparência sobre suas receitas, despesas, investimentos e gastos com pessoal

As estatais voltaram a gerar prejuízo para os cofres públicos. Segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC), as empresas públicas contribuíram para elevar o déficit primário do setor público consolidado em R\$ 2,269 bilhões ao longo do ano passado, algo que não ocorria desde 2016, ano em que o saldo ficou negativo em R\$ 1 bilhão. De acordo com o BC, as estatais federais geraram um rombo de R\$ 656 milhões; as estaduais, de R\$ 1,3 bilhão; e as municipais, de R\$ 313 milhões.

Entre as estatais federais, o buraco diz respeito a 22 empresas que dispõem de receitas próprias, como Correios, Infraero, Dataprev, Serpro e PPSA. Embora não dependam do Tesouro para pagar despesas de custeio e pessoal, seu desempenho é levado em conta na apuração do resultado fiscal do setor público. Não fazem parte desse grupo a Petrobras, os bancos públicos e as estatais dependentes do Tesouro, cujas despesas já integram o Orçamento Geral da União (OGU), casos da Embrapa, da Codvasf e outras.

O resultado dessas 22 empresas, por

si só, é pouco significativo perante o déficit do setor público consolidado, que atingiu R\$ 249,12 bilhões, segundo o BC. O que preocupa é a tendência, que não é nada positiva. Afinal, no intervalo de apenas um ano, as estatais saíram de um superávit de R\$ 6,1 bilhões em 2022 para um déficit de R\$ 2,269 bilhões em 2023.

Não se sabe se uma estatal em específico teria sido a responsável por puxar os resultados gerais para baixo ou se a piora foi generalizada. Para isso, seria preciso consultar as demonstrações financeiras de cada uma das empresas. O BC, a quem cabe reunir os dados, informou apenas que as companhias precisaram de mais aportes governamentais para cumprir suas atividades e não geraram receitas suficientes para cobrir suas despesas.

Em novembro, a previsão do governo, segundo a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, era a de que essas empresas gerariam um déficit de R\$ 4,5 bilhões – rombo que, segundo ela, seria bancado com recursos do caixa das próprias companhias, dispensando um socorro por parte do Tesouro.

À época, a ministra enfatizou que boa parte do resultado estaria relacionada à ENBPAr, empresa remanescente da privatização da Eletrobras. A exemplo da Petrobras, o resultado da Eletrobras também era excepcionalizado da meta. A explicação da ministra tem sentido, mas não explica todo o quadro.

Somente os Correios, por exemplo, registraram prejuízo líquido de R\$ 824,7 milhões nos nove primeiros meses do ano passado. Tampouco se sabe se as empresas que tiveram caixa para cobrir as despesas em 2023 ainda têm fôlego

para o caso de os resultados ruins se repetirem neste ano.

Qualquer avaliação mais profunda sobre a real situação dessas empresas estatais demandaria ampla transparência sobre suas receitas, despesas, investimentos e gastos com pessoal. O governo Lula da Silva, no entanto, deixou de divulgar esses dados de forma segregada e individualizada desde que tomou posse.

Tal política não permite mais diferenciar quais empresas têm sido bem ou mal administradas ao longo dos anos, o que pode proteger os maus administradores e penalizar aqueles que fazem um bom trabalho e são julgados pelo resultado ruim do conjunto das estatais.

É bem possível que haja, entre essas empresas, quem possa justificar resultados negativos ocasionados por investimentos – como as embarcações produzidas pela Emgepron. Em outros casos, a própria natureza de sua atividade não visa ao lucro, sobretudo em caso de segurança nacional ou interesse coletivo. Mas, novamente, sem acesso a todas essas informações, é impossível fazer tal avaliação.

Até agora, a falta de dados sobre o déficit das estatais só serviu para alimentar o discurso de quem prega a privatização ou o fechamento de todas as empresas, sem considerar as especificidades ou a necessidade de cada uma delas. A oposição, por óbvio, aproveitou o ensejo para acusar o governo de retomar práticas de corrupção que marcaram a Petrobras no passado recente. Se esses argumentos não bastam, é bom lembrar que transparência não é favor, mas dever da administração pública. ■

Internet insegura

Número recorde de denúncias de abuso e exploração sexual infantil online no Brasil reforça a necessidade de regulação das plataformas digitais, sem ignorar a supervisão dos pais

O Brasil registrou um número recorde de denúncias de abuso e exploração sexual infantil, segundo dados da SaferNet, organização não governamental que trabalha contra crimes e violações aos direitos humanos na internet. Foram mais de 71 mil queixas em 2023, quase 80% a mais do que no ano anterior e o mais elevado patamar desde que a ONG abriu um canal de denúncias de crimes cibernéticos, 18 anos atrás – demonstração inequívoca de que há algo muito perturbador no ambiente digital do País. Ainda que tenham crescido de maneira significativa os crimes de ódio online (entre os quais xenofobia e intolerância religiosa), os dados emitem um alerta definitivo de que estamos falhando especialmente na proteção de crianças e adoles-

centes e no enfrentamento à violência sexual na internet.

O canal recebeu mais de 100 mil denúncias para pelo menos nove tipos de crimes na internet que envolvem direitos humanos, incluindo também xenofobia, apologia e incitação a crimes contra a vida, LGBTfobia e misoginia. Algo gravíssimo para um país que é um dos líderes globais em consumo de internet e presença digital, sendo o 5.º lugar em número de usuários de internet e o 2.º maior em tempo gasto online.

Segundo especialistas, o crescimento das denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil online se deveu, sobretudo, a três fatores: denúncias em massa anunciadas pelas chamadas Big Techs, que atingiram as equipes de segurança, integridade e moderação de conteúdo em algumas plataformas;

a proliferação da venda de pacotes com imagens de nudez e sexo autogeradas por adolescentes; e a introdução da inteligência artificial (IA) generativa para a criação desse tipo de conteúdo, com o avanço de ferramentas que criam imagens por IA a partir de comandos de texto. Neste último caso, parte do conteúdo alvo de denúncias não é de crianças reais, mas reproduz menores de idade em situações de abuso.

Nem por isso menos grave. Infelizmente têm sido cada vez mais comuns episódios envolvendo crianças e adolescentes expostas, vítimas de colegas que usaram a IA para modificar as fotos das meninas. São situações que reafirmam a fragilidade dos mecanismos de segurança, integridade e moderação das plataformas digitais. Não à toa os CEOs das Big Techs foram chamados há algumas semanas para se explicar diante de congressistas norte-americanos e parentes de vítimas de abuso infantil cometido no ambiente digital. Documentos internos da Meta, empresa proprietária do Instagram, Facebook e WhatsApp, mostraram que o CEO, Mark Zuckerberg, rejeitou pedidos para aumentar recursos que assegurariam maior segurança infantil online.

Números, denúncias e relatos no Brasil, nos Estados Unidos ou na Europa demonstram a necessidade urgente de serem criados mecanismos mais claros de fiscalização e responsabilização

das empresas pelo conteúdo publicado em suas plataformas. Se já era um problema grave antes, a revolução da IA requer pressa e atenção ainda maiores – com uma legislação que ao mesmo tempo permita o desenvolvimento dessa tecnologia em larga escala e proteja a sociedade. Apesar de ser uma tecnologia nova e o debate, incipiente, há iniciativas regulatórias propostas por organizações como a Unesco e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) visando a desenvolver e regular o uso da tecnologia, com respeito à privacidade e proteção dos dados pessoais, com a adoção de um regime de responsabilidade e requisitos de segurança e transparência.

Não é uma tarefa trivial e para ela estão convocados também pais e responsáveis por crianças e adolescentes. Como afirmou o presidente da SaferNet no Brasil, Thiago Tavares, “é quase como um abandono digital o ato de entregar um celular ou um tablet para uma criança sem supervisão”. Não se trata de criminalizar as redes sociais, muito menos de abolir ou reduzir seu uso, mas de regular e aperfeiçoar os mecanismos de controle e responsabilização contra crimes já previstos na legislação brasileira, dentro ou fora do ambiente digital. O que não pode é o mundo passar a enxergar nas redes sociais uma espécie de território sem lei ou propício a crimes de difícil punição. ■